


**EDUCAÇÃO NO BAIXO AMAZONAS: O CORONELISMO E OS RELIGIOSOS NA
ESCOLARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM/PA**

**EDUCATION IN THE LOWER AMAZON: CORONELISM AND RELIGIOUS PEOPLE IN
SCHOOLING IN THE MUNICIPALITY OF ALMEIRIM/PA**

**EDUCACIÓN EN LA BAJA AMAZONIA: CORONELISMO Y RELIGIOSOS EN LA
ESCOLARIZACIÓN DEL MUNICIPIO DE ALMEIRIM/PA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n6-235>

Data de submissão: 20/05/2025

Data de publicação: 20/06/2025

Raimunda do Socorro Fonseca da Paixão

Mestra em Educação – PPGE/UFOPA

E-mail: rsfpaixao@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5777-8726>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9066686442683446>

Gilberto César Lopes Rodrigues

Doutor em Educação – UFOPA-ICED/PPGE

E-mail: gilbertocesar@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3960-5440>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4795758824360303>

RESUMO

Este artigo apresenta o resultado de nossa pesquisa sobre a historiografia da escolarização no município de Almeirim/PA abrangendo a fase inicial da chegada dos Jesuítas, passando pela fase do coronel José Júlio e a posterior retomada da educação pelos religiosos. Em Almeirim, foco de nossa pesquisa, município paraense às margens do Rio Amazonas, a pesquisa demonstrou que, “militares” ou religiosos, a escolarização neste município ocorreu efetivamente em atendimento aos interesses privados. Mercantil-individualista ou institucional-espiritual, alinhavam modelos educacionais com vistas à (re)produção dos interesses particulares, ou do coronel ou da Igreja. A pesquisa envolveu revisão bibliográfica, análise documental e coleta de campo e foi realizada no âmbito do PPGE/UFOPA com financiamento da CAPES.

Palavras-chave: Escolarização na Amazônia. Coronelismo. Religiosos. Interesses privados.

ABSTRACT

This article presents the results of our research on the historiography of schooling in the municipality of Almeirim/PA, covering the initial phase of the arrival of the Jesuits, through the phase of Colonel José Júlio and the subsequent resumption of education by religious leaders. In Almeirim, the focus of our research, a municipality in Pará on the banks of the Amazon River, the research demonstrated that, whether “military” or religious, schooling in this municipality effectively occurred in response to private interests. Mercantile-individualist or institutional-spiritual, they aligned educational models with a view to (re)producing private interests, either of the colonel or of the Church. The research involved a bibliographic review, document analysis and fieldwork and was carried out within the scope of PPGE/UFOPA with funding from CAPES.

Keywords: Schooling in the Amazon. Colonelism. Religious. Private interests.

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados de nuestra investigación sobre la historiografía de la escolarización en el municipio de Almeirim/PA, abarcando desde la llegada de los jesuitas hasta la época del Coronel José Júlio y la posterior reanudación de la educación por parte de líderes religiosos. En Almeirim, municipio de Pará a orillas del río Amazonas, foco de nuestra investigación, la investigación demostró que, ya sea militar o religiosa, la escolarización en este municipio se dio efectivamente en respuesta a intereses privados. Mercantil-individualista o institucional-espiritual, estos modelos educativos se alinearon con la idea de (re)producir intereses privados, ya fueran del coronel o de la Iglesia. La investigación incluyó una revisión bibliográfica, análisis documental y trabajo de campo, y se llevó a cabo en el marco del PPGE/UFOPA con financiación de CAPES.

Palabras clave: Escolarización en la Amazonía. Colonelismo. Religioso. Intereses privados.

1 INTRODUÇÃO

Este texto é o resultado de nosso estudo intitulado “*A história da educação em Almeirim-PA: da fase do coronel José Júlio à fase dos franciscanos*”, publicado em Educação e Realidade Amazônica (Paixão e Rodrigues, 2023), no qual buscou-se compreender o processo de escolarização na região amazônica procurando compreender possíveis impactos que o período imperial e primeira república teriam na construção do atual sistema municipal de educação do município.

Ocorre que, aparentemente diacrônico, nossos dados revelaram que as incipientes experiências escolares do coronelismo e dos religiosos ainda estavam presentes na memória coletiva local na ocasião do movimento em que culminou com a criação do atual Sistema Municipal de Educação (SME). Ou seja, constatamos que, o movimento social e coletivo que conquistou o SME (PAIXÃO, 2025) também marcou uma repulsa ao modelo de interesses individualistas e privatistas, seja de um certo coronelismo, ou mesmo de alguma religião que, portanto, ainda estava presente.

Concomitantemente esse estudo contribui para adensar a historiografia sobre a instrução escolar pública na Amazônia, tendo em vista que a pesquisa, apesar de local, de examinar a escolarização em Almeirim, envolve sua relação com a história da colonização da Amazônia, principalmente aquela que se engendrou na transição entre a então província do Grão-Pará para o Estado do Pará.

A educação escolar, tal qual denominamos no mundo contemporâneo (SAVIANI, 2002), foi implementada em Almeirim inicialmente para atendimento dos interesses mercantis-individualistas do Coronel José Júlio de Andrade (1862-1953)¹. Posteriormente, se implementa uma educação centrada sob os domínios dos religiosos católicos (1959-2001), destinada a uma pequena parcela da população elitizada aplicando sob sua gerencia um conceito educacional baseado nos princípios da fé, da disciplina e do controle.

Os estudos evidenciaram que a escolarização ofertada no município de Almeirim, em ambos os períodos envolvem semelhanças e contradições que explicitam as controvérsias e os interesses do comércio privado, da religião e do Estado. Não se vislumbrou alternativas para uma educação que atendesse aos interesses dos trabalhadores, por alguma forma de emancipação humana, à medida em que, ofertaram escolarização a uma pequena parte da população, e o fizeram alinhados aos interesses privados na formação escolar.

¹ De origem pobre, José Júlio de Andrade (1862-1953), nasceu no dia 12 de Janeiro de 1862, na Vila de São Francisco, no município de Uruburetama, no Ceará. Tendo estudado apenas o curso primário. Depois de enriquecido se tornou o Coronel José Júlio (Lins, 2001).

2 O CORONELISMO EM ALMEIRIM

O final da metade do século XIX e o início do século XX foram de grande crescimento econômico para o Brasil e, especialmente, para a Amazônia. Períodos de importantes mudanças, do ponto de vista econômico, social e cultural. Sob as bases capitalistas já em curso naquele período, a sociedade vivia um processo de adequação à nova ordem organizativa de trabalho (COLARES, 2006).

Essas mudanças estão relacionadas, no contexto da Amazônia, ao ciclo da borracha, que empreendeu grandes transformações na vida em sociedade no período compreendido entre os anos 1872 a 1920. Nele, a Amazônia se tornou a maior exportadora mundial da matéria prima “borracha”, o que gerou grandes lucros e enriqueceu os “Coronéis da Borracha”, os quais, em sua grande maioria, não tinham escrúpulos em escravizar e cometer todos os tipos de arbitrariedades com seus trabalhadores (ALVES e FILHO *et al.*, 2000).

De acordo com Lins (2001, p. 38), o coronelismo na região de Almeirim se configurou a partir da influência e do poder oligárquico do Coronel José Júlio de Andrade, por meio do qual obteve o monopólio de quase toda a extensão territorial do município, dispondo a sede de Almeirim de apenas “mil metros de extensão”. Além disso, a exploração da mão de obra no sistema de servidão contribuiu para que o coronel ampliasse o seu poder e controle na região, abrindo caminho para a inserção do comércio mercantil na região, que se consolidou sob suas regras e seus interesses pessoais.

As terras em sua posse abrangiam o município de Almeirim, Porto de Moz e Território Federal do Amapá, cerca de três milhões de hectares, adquiridas em grande parte por meio coercitivo, compras ilegais e apropriação indevida. De acordo, com Lins a união matrimonial com a filha do Intendente de Almeirim, Manuel Maria da Silva Neno, abriu as portas para o alcance de tais objetivos. Sua política foi pautada em um modelo de desenvolvimento econômico e social para a região da Amazônia, que se consolidou a partir da exploração do extrativismo vegetal (castanha do Brasil, borracha, maçaranduba, andiroba), ouro e, do ponto de vista das relações de trabalho, marcada pela servidão (LINS, 2001, p. 37).

De acordo com Lins (2001), entre os anos de 1882 e 1949, tempo em que permaneceu na região, o coronel² José Júlio cultivou a dependência econômica, social e cultural da população, monopolizando não apenas as terras, mas a exportação internacional da borracha, da castanha-do-pará e de outros produtos da Amazônia, principalmente para países da Europa. Além disso, mantinha grandes fazendas

² O termo coronel designava o chefe, o mandão, o grande senhor de terras, a base da organização da colônia. Alguns historiadores denominavam os coronéis de senhores feudais, pois eram eles que comandavam a família, a parentela, os escravos, os agregados, os capangas (Mendes; Queiróz, 2012, p. 79).

de criação de gado. Uma riqueza erguida pelas inúmeras formas de exploração territorial e de trabalho, exercida extensivamente em toda a região.

Constam nos registros de Lins (2001) que o único atendimento educacional montado, destinava-se à uma pequena parte da população se deu na Vila de Arumanduba³, local, à época, mais desenvolvido e com maior povoamento que a própria sede Almeirim.

Entre os anos de 1920 e 1925, foram atendidos no sistema de internato, cerca de 110 rapazes, entre 7 e 17 anos. Ao completarem os 18 anos, eram recrutados para os diversos serviços da empresa. Por isso, na escola era necessário saber, além das primeiras letras, realizar diversas tarefas, como: preparo dos alimentos, o trabalho no escritório e nas oficinas, aprendiam a fundição, a fazer pregos de pedaços de vergalhão, confeccionavam pequenas peças e outros afazeres (LINS, 2001).

Lins (2001, p. 94) afirma que na Vila de Arumanduba dispunha de “duas escolas primárias, uma para cada sexo, mantidas pelo governo do Estado”. Durante o dia, a escola funcionava para as crianças, enquanto os meninos mais velhos trabalhavam na oficina e a noite estudavam. Esse sistema funcionava sob forte domínio e fiscalização rigorosa do capataz e comissário de polícia que controlava a vida e a frequência de todos, inclusive a aplicação do açoitamento aos pais dos alunos, se necessário fosse.

Nesta conjuntura organizativa e rigorosamente administrada, a escola servia aos interesses mercantis dos empreendimentos econômicos do coronel. Na educação da população, produz-se a organização do próprio modo de produção desses interesses. Ao moldar a formação escolar dos seus “funcionários” aos seus interesses empresariais, José Júlio moldou a formação escolar de modo que seu produto era incorporado a seus próprios investimentos (PAIXÃO e RODRIGUES, 2023).

Em se tratando de história e educação Palma Filho (2012) aponta que o final do século XIX e o início do século XX foram marcados por um alto índice de analfabetismo, com pouca ou nenhuma atenção advinda das esferas governamentais, em especial ao ensino primário na educação do campo, que é o contexto em que o município de Almeirim estava inserido.

Nesse período, havia uma população predominantemente rural, baseada em uma economia já extrativista vegetal e pecuária, ambas as atividades foram monopolizadas por José Júlio que ocupou o espaço da educação escolar pública. Sobre esse fenômeno, Anselmo Colares (2018, p. 9), pesquisador da história da educação na Amazônia brasileira, registra que: “a criação de escolas não constituía objeto de preocupação. E mesmo quando o fizeram, foi para atender uma pequena parte da população

³ José Júlio instalou seu maior empreendimento na Vila de Arumanduba, situada abaixo da cidade de Almeirim, à margem esquerda do rio Amazonas. Construída sobre palafitas, possuía cerca de 400 casas e maior desenvolvimento que a sede Almeirim, inclusive com melhor e maior estrutura de funcionamento (LINS, 2001).

residente no principal nucleamento urbano, Belém”. Ou seja, o Estado não se interessou em universalizar a escolarização pública para a população.

Nos estudos de Lobato (2006, p. 27), consta que com o declínio dos empreendimentos de José Júlio, o atendimento aos trabalhadores e suas famílias que estavam espalhados no vasto território de Almeirim, “nada era oferecido nem pelo Estado nem mais pelo Coronel, os que ainda viviam eram em grande maioria analfabetos e os poucos que sabiam ler e assinar os nomes aprenderam com familiares ou pessoas de boa vontade que lhes ensinaram”.

Somente na década de 60, quando do retorno dos Frades Franciscanos no município de Almeirim, se apresenta uma outra estrutura organizativa educacional que se consolidou sob a influência e interesses religiosos.

3 A PRESENÇA RELIGIOSA

A presença religiosa em Almeirim remonta aos tempos coloniais, por volta dos anos de 1693, com a chegada dos frades Capuchos, quando a coroa portuguesa dividiu a região norte entre os vários grupos religiosos que atuavam na região, principalmente os Franciscanos e Jesuítas. A partir daquela época, os franciscanos portugueses passaram a cuidar das missões que estavam ao longo do rio Amazonas, em especial o lado esquerdo do rio Amazonas, e Almeirim fazia parte dessas missões. Naquele período, a maior parte de sua população era constituída de povos indígenas que habitavam os povoamentos (OS FRANCISCANOS, 2022). Populações de diferentes etnias, desde o alto rio Paru à foz do Rio Jari, boa parte, composta por índios Taurés, Tocrés, Supanas, Waiana e Apalai, eram registrados no território.

Esse contexto expõe a ação objetiva da colonização portuguesa na Amazônia com a conversão de sua população aos interesses coloniais através dos interesses da Igreja. Os trabalhos desenvolvidos pelos religiosos, por um lado, serviam ao ‘aportuguesamento’ da região e a garantia da posse territorial, ao mesmo tempo em que formava a incipiente mão de obra necessária à manutenção desses interesses. Colares afirma que:

“[...] o trabalho das Ordens religiosas tornava-se imprescindível para o propósito ‘civilizatório’. Embora nem sempre a alegada civilidade fosse à meta final, era necessário para a empreitada comercial que buscassem formas de aproximação que resultassem em maior colaboração por parte dos habitantes nativos. E isso só seria possível se houvesse o conhecimento das regras ‘civilizadas’ do colonizador” (COLARES, 2018, p. 9).

No entanto, com a reorganização política e econômica adotada nas reformas pombalinas a partir da metrópole, em 1758, os religiosos foram expulsos de Almeirim. O frade franciscano, Frei Antônio

de São Joaquim, que desenvolvia suas atividades religiosas no Paru, foi o último a se retirar do município (OS FRANCISCANOS, 2002).

Contudo, consta na “Cronologia Eclesiástica da Diocese de Santarém”, publicado em 2003, pelo Pe. Sidney Augusto Canto, que, no mesmo ano, 1758, o “Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado instala a Vila de Almeirim e cria a paróquia de Nossa Senhora da Conceição” (CANTO, 2007, p. 33), na sede Almeirim, evidenciando a relação contraditória entre a coroa e a Igreja.

Embora criada a paróquia, a atuação dos religiosos nas décadas seguintes fora bastante ausente, tanto que, somente em 1785, iniciou-se à construção da Igreja Matriz de Almeirim, em substituição à antiga capela de taipa, construída pelos franciscanos e que, pelo abandono do lugar, já se encontrava em ruínas (ANUÁRIO, 2006, p. 42). A presença dos religiosos se manteve constante até meados de 1862, quando, por ocasião do assassinato do Padre Amândio⁴, ocorrido no mesmo ano, a “Matriz de Almeirim sofre o ‘interdito’ do Bispo do Pará, que proíbe de nela um padre celebre Missa”. Durante mais de 40 anos, Almeirim ficou sem a presença de Padre (CANTO, 2007, p. 45).

No entanto, há registros de que, a partir da primeira década do século XX, as atividades de caráter religioso eram realizadas pela prelazia de Manaus e do Xingu, de forma bastante escassa, apenas para a realização dos atos batismais e de casamentos (CANTO, 2007).

O retorno dos padres franciscanos à Almeirim somente se deu em 1959 e, no ano seguinte, 1960, a chegada das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo (IASC). Daí em diante inaugurou-se uma retomada da presença dos religiosos e da implantação de um modelo educacional que prevaleceu até o ano de 2001.

No dia 03 de março de 1960, sob a ordem dos Frades Franciscanos, foi fundada a primeira escola de caráter religioso no município de Almeirim, denominada de Escola Paroquial Nossa Senhora da Conceição. Contudo, no ano de 1963, foi fundado, sob a orientação das IASC, o “Ginásio Normal Nossa Senhora da Conceição”, dando continuidade ao curso primário e atendendo o desejo da população local por educação. Na ocasião, a Escola passou a se chamar “Ginásio Normal Nossa Senhora da Conceição”

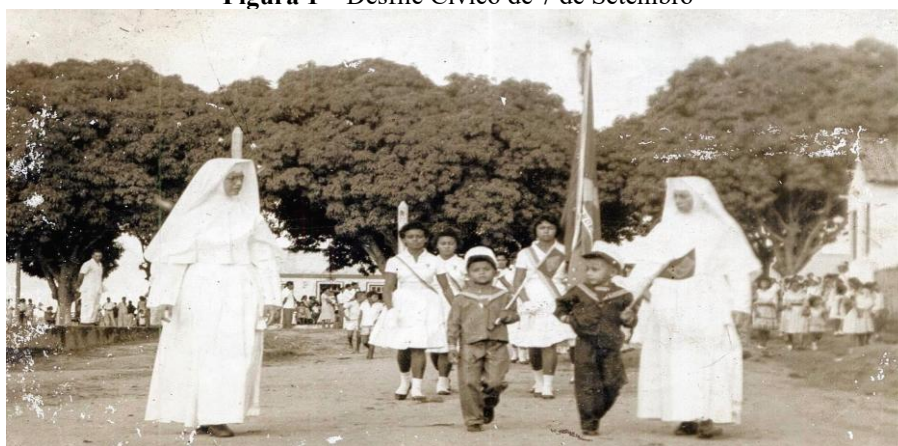
Ressalta-se que a construção do referido colégio se deu com o total apoio da comunidade, tanto na mão de obra, quanto nos recursos empregados para a sua construção, sendo uma das primeiras escolas a funcionar com o apoio das famílias católicas e que até o presente momento (2025) continua em funcionamento, mas sem a presença das religiosas. Elas se afastaram do município no ano de 2001,

⁴ Padre Amândio José de Oliveira Pantoja, assassinado no dia 28 de Janeiro de 1862, por André Avelino, a mando de Capitão da Guarda Nacional Vicente Manoel, por calúnia praticada por Wanda, esposa do capitão. Acesso em <http://monitorilaraujo.blogspot.com/2011/07/padre-amandio-pantoja-vitima-da-luxuria.html>

em decorrência de doenças e mortes de irmãs, a ausência de irmãs que pudessem substituí-las, falta de vocação, dentre outras razões (OS FRANCISCANOS, 2002).

Entre suas principais finalidades, incluíam a de desempenhar o trabalho pastoral e educacional no município, dando assim, reinício ao processo de escolarização dos filhos e filhas das famílias que residiam no local (Figura 1), posto que, “afinal, nas intenções dos frades, estava sobretudo a vontade de organizar uma estrutura física e humana que favorecesse o serviço da evangelização nesta região. O serviço pastoral de evangelização ao povo das comunidades urbanas e rurais era o principal objetivo dos frades” (OS FRANCISCANOS, 2002, p. 15).

Figura 1 – Desfile Cívico de 7 de Setembro



Fonte: Imagem extraída em 2022 do Facebook do grupo “Almeirim do passado” (Paixão, 2023).

A figura apresenta as irmãs ao lado dos alunos da Escola Nossa Senhora da Conceição no desfile cívico de 7 de setembro, na década de 70. Evidencia-se a rígida padronização nos seus uniformes e a dos alunos, além do alinhamento às políticas de controle nos comportamentos e ideológicos próprios dos religiosos e do contexto militar daquela década. Os alunos eram meninos e meninas que pertenciam às famílias de classe econômica mais favorecida e alguns bolsistas selecionados entre a população mais pobres. Contudo, ainda havia a separação de instrução por gênero de modo que as meninas aprendiam afazeres caseiros e os meninos técnicas para trabalhos manuais.

Conforme os registros de Irmã Marília Mendonça, no livro comemorativo dos 50 anos de presença franciscana em Almeirim, publicado em 2002, sob o título “*Os franciscanos: 50 anos de presença*”, as IASC, inicialmente, ensinavam religião e as primeiras letras. Os padres não realizavam atividades de escolarização formal, mas o de educação religiosa na comunidade, como ministrantes das celebrações e coordenando os trabalhos das IASC.

Nota-se, ainda, que a escolarização em Almeirim, empregada pela ordem religiosa das IASC não se estendeu aos outros povoados do município. O atendimento às comunidades rurais mais

populosas e ao Distrito de Monte Dourado só ocorreu em meados da década de 1970, extensivos ao trabalho religioso e não à instrução escolar (OS FRANCISCANOS, 2002).

Dentre os vários serviços prestados pelas religiosas, além dos educacionais, houve a implantação do Curso de Parteiras e assistentes de enfermagem no Hospital da Fundação Nacional do Município de Almeirim. Oferecendo formação há uma pequena parcela de mulheres que residiam nas comunidades rurais.

No entanto, sua presença, bem como dos freis franciscanos se constitui uma ambiguidade, pois os serviços missionários evocou no que concerne à educação escolar, um ensino que atendesse aos interesses comerciais ao focar cursos de caráter serviçais, com disciplinas que ensinavam culinária, artesanato, cuidar de casa, parteiras e outros. A formação humana para autonomia e pensamento crítico não existia, evidenciando uma escolarização voltada para a manutenção da ordem social no contexto daquele momento.

Obviamente, o trabalho desenvolvido pelos religiosos em Almeirim adveio de um vácuo no papel do Estado em implementar políticas sociais e educacionais públicas. E, um duplo problema, foi o estabelecimento da laicidade como princípio do trabalho escolar. De acordo com Couto,

O governo estava determinado a operar a laicidade por força do liberalismo econômico, que pregava o desenvolvimento industrial através da formação prática da massa operária. Nesse sentido, a Igreja Católica teve que se adaptar à nova realidade conjuntural e para isso contou com a ajuda da elite, que, apesar de iniciar o processo de passagem do campo para a nova realidade industrial, ainda almejava a formação de seus filhos dentro dos princípios religiosos (COUTO, 2021, p. 22).

Nesse contexto de afirmação republicana liberal, a igreja teve que se reinventar, abrir espaço para atender às novas exigências dos que detinham o poder, agora não mais por meio de um poder imperial, mas de uma república. Em um Estado que se denominava laico, a igreja teve que encontrar espaço para continuar seus próprios objetivos, mas em consenso com interesses governamentais e das elites locais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desse trabalho foi apontar o contexto histórico da escolarização no município de Almeirim, desde as fases do coronelismo até a dos religiosos, de modo a expor a ausência da instrução escolar dentro dos princípios democráticos e emancipatórios à população.

Os estudos sugerem que a escolarização oferecida a população de Almeirim, incorporou os interesses envoltos dos ideais capitalistas, atrelados ao ordenamento privado, da religião e do Estado, principalmente, impulsionado pelo ideário do iluminismo republicano (SAVIANI, 2008). Expondo,

sobretudo, o controle e as amarras que dificultam a emancipação humana, de uma educação para além do capital, conforme aponta Estéván Mészáros (2008).

O modelo educacional empreendido, tanto pelo Coronel José Júlio, quanto pelos Franciscanos provocou profundas mudanças sociais e educacionais, uma vez que projetaram a educação ao longo do século XX e, que são reflexos na sociedade deste século.

A luta por uma educação mais emancipadora e com maior espaço participativo que incorporasse os princípios pontuados por Demerval Saviani (2017, p.654) em “transformar os indivíduos de sujeitos submissos, passivos, conformados (os súditos) em sujeitos críticos, ativos, transformadores (os cidadãos)” só se consolidou no final do século XX, influenciados pelos movimentos democráticos, advindos das reformas educacionais a partir da Constituição Federal de 1998 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.

Revelando, com isso, os desafios e as novas perspectivas que se mostram em um contexto mais democrático, superando os anos de ausência de políticas de incentivo à educação, na perspectiva de uma concepção emancipadora e democrática para todos.

O modelo educacional implementado não ofereceu as condições básicas de libertação da submissão ao ideal mercadológico, e tampouco criou condições básicas das vivências democráticas. No entanto, evidenciou a tardia luta por mudanças no sentido da construção de uma educação descentralizada e dentro dos princípios da emancipação humana, que apontasse um novo ordenamento educacional baseado nos princípios laicos e democráticos (SAVIANI, 2017).

Concluimos que a educação efetivada no município Almeirim buscou incorporar os princípios norteadores do sistema capitalista, visando a formação de mão de obra, em atendimento ao mercado de trabalho limitado e aos interesses privados, religiosos e empresarial. Uma política ideológica de continuísmo de desigualdades e exploração, uma escolarização em atendimento aqueles que detém a força da dominação ideológica e econômica, seja a Coroa, militares, seja privado ou mesmo o Estado.

A propósito, registramos nas pesquisas que realizamos como continuidade desta, que os aspectos individualistas e mercantis que foram mobilizados pela ação pedagógica do Coronel e dos religiosos ainda persistiam na memória social da população do município. Tanto que no processo de reivindicação da criação do Sistema Municipal de Educação, como demonstramos em Paixão 2025, elas foram mobilizadas para evitar recair nesses elementos. Mas a síntese deste resultado ainda está em fase de elaboração e será tema de nosso próximo artigo.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE-UFOPA

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR

Ao ISSEAM, Grupo de Estudo em Indigenismo, Sociedades e Educação na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, A.; ALVES JUNIOR, J.; MAIA NETO, J. Pontos de história da Amazônia. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2000.

ANUÁRIO DA DIOCESE DE SANTARÉM. Santarém: Cúria Diocesana, 2006.

CANTO, S. A. C. Cronologia eclesiástica da Diocese de Santarém. Santarém: Diocese de Santarém; Tiago, 2007.

COLARES, A. A. Amazônia: para além do território. Prefácio. In: COLARES, M. L. I. S.; PEREZ, J. R. R.; CARDOZO, M. J. P. B. Educação e realidade amazônica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. v. 3.

COLARES, M. L. I. S. Panorama da educação em Santarém. Revista HISTEDBR, Campinas, n. 23, 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4932/art07_23.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

COUTO, R. J. C. O panorama das escolas confessionais no baixo Amazonas no início do século XX. Linguagens, Educação e Sociedade, Teresina, n. 47, p. 1-17, jan./abr. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário estatístico do Brasil: ano XI. Rio de Janeiro: IBGE, 1951. Disponível em: https://nacaomestica.org/blog4/wp-content/uploads/2021/05/aeb_1950.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

LINS, C. Jarí: setenta anos de história. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001.

LOBATO, E. G. A história da educação escolar de Almeirim: de 1930 a 1945. Belém: UFPA, 2006.

MENDES, F. M. M.; QUEIRÓS, F. A. T. O coronelismo “bem engomado” da Amazônia. A Palavrada, Bragança, n. 2, p. 79-92, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revistaapalavrada.files.wordpress.com/2014/05/6-o-coronelismo-bem-engomado-da-amazc3b4nia-francielle-maria-modesto-mendes-e-francisco-aquinei-timc3b3teo-queirc3b3s.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MÉSZARÓS, I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

OS FRANCISCANOS: cinquenta anos de presença. Almeirim: Paróquia Nossa Senhora da Conceição, 2002.

PAIXÃO, R. S. F. Cadernos de campo. Almeirim: PPGE/UFOPA, 2023.

PAIXÃO, R. S. F. Escolarização no município de Almeirim/PA: o sistema municipal de ensino como expressão das lutas pela democratização de oportunidades educacionais. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2024.

PAIXÃO, R. S. F.; RODRIGUES, G. C. L. História de Almeirim-PA: da fase do coronel José Júlio à fase dos franciscanos e seus impactos na educação municipal. In: COLARES, M. L. I.; COLARES, A. A.; ARRUDA, E. P. (org.). Educação e realidade amazônica. Santarém: PPGE/UFOPA, 2023.

PALMA FILHO, J. C. (org.). Pedagogia cidadã: cadernos de formação: história da educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP; Santa Clara Editora, 2005.

SAVIANI, D. A história da escola pública no Brasil. In: JORNADA DO HISTEDBR, 2002, Salvador. Conferência de abertura da Jornada do HISTEDBR sobre o tema História da Escola Pública no Brasil. Salvador: [s. n.], 2002.

SAVIANI, D. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. Psicologia Escolar e Educacional, Campinas, v. 21, n. 3, p. 653-662, set./dez. 2017. DOI: 10.1590/2175-3539/2017/0213000.

SAVIANI, D. Escola e democracia. Campinas: Associados, 2008.